

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006510-41.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Exequente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Executado: **Fernando Bartholomeu de Barros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

Os documentos de fls. 110/117 dão conta de que a obrigação perseguida nestes autos foi devidamente satisfeita. Aliás, o próprio exequente reconheceu tal fato a fls. 124.

Assim, não resta outra alternativa a não ser proclamar a **EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO**, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Não há justificativa para que os autos permaneçam em cartório aguardando eventual descumprimento de obrigação pelo executado. Caso não sejam cumpridas as obrigações assumidas poderá o exequente lançar mão de novo pleito, uma vez que já dispõe de título executivo.

Providencie o executado o recolhimento das custas finais (1% sobre o valor da causa), no prazo de quinze dias, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 23 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**